



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 07/2022

Período: 12/03/2022 - 18/03/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Justiça Militar aceitou recurso para julgar policiais militares
- 2- Especialistas afirmaram que sanções à Rússia já têm repercussão na indústria de defesa nacional
- 3- Militares se pronunciaram em defesa do presidente da Petrobras
- 4- Cabo que atuou como agente duplo na ditadura foi enterrado com nome falso
- 5- Ex-presidente da Funai citou marechal Rondon ao devolver honraria também concedida a Bolsonaro
- 6- Militar nomeado por Bolsonaro na Funai foi preso pela Polícia Federal
- 7- Lula evita embate do PT com militares

1- Justiça Militar aceitou recurso para julgar policiais militares

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo respondeu afirmativamente a um pedido da Defensoria Pública do estado sobre a revisão de uma sentença que absolveu dois policiais militares em um caso de estupro dentro de uma viatura policial. O juiz Silvio Hiroshi Oyama, da Justiça Militar, aceitou o pedido da defensoria sobre o caso, afirmando “não haver razão para que pessoas ofendidas por crimes militares tenham menos prerrogativas que vítimas de crimes comuns”. (*Folha de S. Paulo - Ilustrada - 12/03/22*)

2- Especialistas afirmaram que sanções à Rússia já repercutem na indústria de defesa nacional

Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, 12 helicópteros de ataque modelo Mi-35M operados pela Força Aérea Brasileira (FAB), fabricados na Rússia, entraram em processo de desativação, previsto para se concluir até 31 de dezembro de 2022. Com menos de dez anos de uso, as aeronaves foram “úteis e eficazes, inclusive no combate a voos ilícitos” na Amazônia, porém estão sendo “aposentadas” pela falta de dinheiro, de acordo com a Aeronáutica. No entanto, especialistas ouvidos pelo periódico indicaram que as razões por trás da desativação dos helicópteros Mi-35M são, na verdade, as recentes sanções dos Estados Unidos à Rússia, fruto dos desdobramentos da

guerra comercial entre os dois países. (O Estado de S. Paulo - Internacional - 13/03/22)

3- Militares se pronunciaram em defesa do presidente da Petrobrás

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, militares de alta patente iniciaram uma movimentação em favor do atual presidente da Petrobrás, o general Joaquim Silva e Luna. A movimentação teve início após os filhos do presidente da República, Jair Bolsonaro, expressarem seu descontentamento com a gestão do general, principalmente em razão do aumento no preço dos combustíveis. Sob a liderança do vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, os militares se reuniram para “convencer Bolsonaro de que não há nada de errado na política de preços da Petrobras”, alegando que as medidas aprovadas no Congresso Nacional seriam suficientes para “aparar as arestas da empresa”, a fim de persuadir a ala mais próxima de Bolsonaro a não trocar Silva e Luna pelo engenheiro Rodolfo Landim. No dia 14/03/2022, Mourão afirmou que o general Silva e Luna é resiliente e pode aguentar a pressão; entretanto, quando consultado, negou integrar o movimento de apoio ao general. O presidente da Petrobrás, em resposta às alegações, disse que não deixará o cargo e, segundo o jornal, não demonstra constrangimento. (Folha de S. Paulo - Mercado - 15/03/22)

4- Cabo que atuou como agente duplo na ditadura foi enterrado com nome falso

Conforme publicado pelos periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o cabo da Marinha José Anselmo dos Santos foi enterrado, no dia 16/03/22, com o nome falso de Alexandre da Silva Montenegro, no cemitério Nossa Senhora de Montenegro, em Jundiaí, após falecer por ocorrência de um mal súbito. De acordo com as reportagens, Anselmo integrava a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) quando liderou uma greve dos militares, que acabou servindo como um dos antecedentes diretos do golpe militar de 1964. Após ser cassado e preso, o marinheiro fugiu da prisão e foi para Cuba, onde treinou táticas de guerrilha. De volta ao Brasil, o ex-militar foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury e aceitou delatar seus colegas da Vanguarda Popular Revolucionária em troca de proteção. Os jornais destacaram a proximidade do cabo a figuras de extrema-direita, como o escritor Olavo de Carvalho, nos seus últimos anos de vida. Anselmo chegou a ser homenageado por deputados bolsonaristas na Assembleia Legislativa de São Paulo em 2019. (Folha de S. Paulo - Política - 17/03/22; O Estado de S. Paulo - Política - 17/03/22)

5- Ex-presidente da Funai citou marechal Rondon ao devolver honraria também concedida a Bolsonaro

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o etnógrafo e ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) Sydney Possuelo devolveu ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública sua Medalha do Mérito Indigenista, recebida em 1987, em protesto à concessão da mesma honraria ao presidente da República Jair Bolsonaro. Em carta endereçada ao ministro Anderson Torres,

que assinou a portaria que condecorou Bolsonaro e outros integrantes do governo, Possuelo afirmou se sentir “ofendido” por receber a mesma homenagem entregue ao presidente, que faz campanha contra a demarcação de terras indígenas e propõe a mineração industrial dentro das reservas. O *Correio* destacou ainda que, segundo trechos da carta, os ataques de Bolsonaro aos povos autóctones – que, quando deputado federal, já sugeriu que o Exército brasileiro deveria ter “dizimado” índios – ofendem o Exército e a memória do marechal Cândido Mariano Rondon, que estimulou a criação do Parque Nacional do Xingu. De acordo com o periódico, Possuelo é o último representante de um grupo de estudiosos liderado pelos irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas-Bôas, e uma das maiores autoridades do país em povos isolados da região amazônica. (*Correio Braziliense* – Brasil – 18/03/22)

6- Militar nomeado por Bolsonaro na Funai foi preso pela Polícia Federal

Segundo o periódico *Folha de São Paulo*, o suboficial inativo da Marinha Jussielson Gonçalves Silva, coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Ribeirão Cascalheira, estado de Mato Grosso, foi preso pela Polícia Federal em 17/03/2022 sob a acusação de intermediar o arrendamento de terras indígenas para pecuaristas. A operação, realizada em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), visou desarticular um esquema envolvendo fazendeiros, servidores da Funai e uma liderança da Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo xavante. De acordo com o jornal, Silva foi um dos diversos militares que assumiram coordenações regionais da Funai sob o governo de Jair Bolsonaro, tendo sido nomeado em 18/03/2020. A Funai afirmou que o arrendamento de terras indígenas é proibido e o coordenador será afastado da função. (*Folha de S. Paulo* – Ambiente – 18/03/22)

7- Lula evita embate do PT com militares

Em análise assinada pela repórter Vera Rosa, o periódico *O Estado de São Paulo* afirmou que o ex-presidente da República e pré-candidato ao cargo pelo Partido dos Trabalhadores (PT) Luiz Inácio Lula da Silva deseja evitar confrontar os militares no programa de governo. Segundo o texto, há divergência dentro do partido quanto à defesa da revogação do artigo 142 da Constituição, que afirma que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por garantia de qualquer destes, da lei e da ordem”. Alas internas do PT defendem que Lula envie uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para supressão do artigo, num movimento batizado de “PEC antigolpe”. Lula, por outro lado, tem buscado quebrar resistências dentro das Forças Armadas, evitando discutir propostas polêmicas que possam desagradar seus membros. O periódico relembrou, no entanto, que a relação do PT com os militares não é amistosa, citando dois episódios: a Comissão da Verdade, criada em 2012 no governo de Dilma Rousseff para investigar abusos cometidos no período da ditadura militar (1964-1985) e violações dos direitos humanos; e uma história em quadrinhos produzida pelo PT em fevereiro de 2022, vista pelo Alto Comando do Exército como uma “afronta”. Segundo o jornal, um dos capítulos da publicação inclui uma caricatura do general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, que sofre de Esclerose Lateral Amiotrófica, com tubo de respiração em uma cadeira de

rodas, ao lado de uma polêmica mensagem postada por ele no Twitter em 2018, defendendo o “repúdio à impunidade”, visto à época como uma forma de pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) dias antes do julgamento que poderia ter salvo Lula da prisão e permitido sua candidatura para as eleições daquele ano. (O Estado de S. Paulo – Política – 18/03/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima